

ESTUDOS FEMINISTAS: RELAÇÃO ENTRE A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO E AS FORMULAÇÕES DOS CONCEITOS DE GÊNERO

FEMINIST STUDIES: RELATIONSHIP BETWEEN THE CONSTRUCTION OF A THEORETICAL-EPISTEMOLOGICAL FIELD AND THE FORMULATIONS OF THE CONCEPTS OF GENDER

Luciane Senna Ferreira¹

Eliana Perez Gonçalves de Moura²

RESUMO: O artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento e tem o objetivo de discutir o percurso dos estudos feministas na construção de um novo campo teórico-epistemológico na produção do conhecimento, bem como sua importância na elaboração e desenvolvimento dos conceitos de gênero. Trata-se de estudo de cunho teórico bibliográfico, em que se pretende identificar e analisar a trajetória histórica e a problemática desse campo, seu potencial modificador e suas limitações. Centra-se na crítica que estes estudos produziram direcionados ao modo tradicional de produzir ciência, operando deslocamentos e viabilizando a inclusão das mulheres como sujeito e objeto das investigações. Faz-se uma apreciação das principais perspectivas sobre o conceito gênero a partir da abordagem do essencialismo biológico; do viés antropológico; da teoria pós-moderna, sem pretender estabelecer qualquer hierarquia entre elas ou delimitar uma evolução histórica-conceitual com base nas vertentes teóricas que as desenvolvem, busca-se destacar a complexidade das conceituações de gênero para compreensão das práticas sociais. Priorizam-se na discussão as relações intrínsecas entre movimentos feministas, epistemologias feministas e as formulações dos conceitos de gênero com vistas a apontar que fora dessas relações ambos se esvaziam tanto de sentido teórico-epistemológico como político. Dessa forma, o estudo apresenta relevância para compreensão histórica do movimento e dos estudos feministas na construção dos conceitos de gênero, que promoveram mudanças significativas no campo social e cultural, e colabora a fortalecer a base teórica e epistemológica ao examinar diferentes vertentes, proporcionando contribuições para a literatura e o debate em torno dos estudos feministas e de gênero.

Palavras-chave: feminismos; epistemologias feministas; conceitos de gênero.

ABSTRACT: The article is part of ongoing doctoral research and aims to discuss the path of feminist studies in the construction of a new theoretical-epistemological field in the production of knowledge, as well as its importance in the elaboration and development of gender concepts. This is a theoretical-bibliographical study, which aims to identify and analyze the historical trajectory and problems of this field, its potential for change and its limitations. It focuses on the critique that these studies have produced towards the traditional way of producing science, causing shifts and enabling the inclusion of women as subjects and objects of research. An appraisal is made of the main perspectives on the concept of gender, starting from the biological essentialism approach, the anthropological bias and post-modern theory, without trying to establish any hierarchy between them or delimit a historical-conceptual evolution based on the theoretical strands that develop them, the aim is to highlight the complexity of gender conceptualizations for understanding social practices. Priority is given to the intrinsic relationships between feminist movements, feminist epistemologies and the formulation of gender concepts, with a view to

¹ Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande
Doutoranda no Programa de Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade FEEVALE
Docente de Língua Portuguesa e Língua Espanhola no Instituto Federal do Rio Grande do Sul - *Campus Osório*
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3099753008499677>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9739-4402>
E-mail: luciane.ferreira@osorio.ifrs.edu.br

² Doutora em Educação - Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul
Docente e Pesquisadora - Universidade FEEVALE
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1464851297981487>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7106-0770>
E-mail: elianapgm@feevale.br

pointing out that outside of these relationships, both are emptied of both theoretical-epistemological and political meaning. In this way, the study is relevant to the historical understanding of the feminist movement and studies in the construction of gender concepts, which have promoted significant changes in the social and cultural field, and helps to strengthen the theoretical and epistemological basis by examining different strands, providing contributions to the literature and the debate around feminist and gender studies.

Keywords: *feminisms; feminist epistemologies; gender concepts.*

INTRODUÇÃO

Propomos iniciar a abordagem sobre o tema situando o estudo e sua motivação. O artigo de revisão teórico-bibliográfico parte de uma pesquisa de doutoramento, em curso, na qual tem o Núcleo de Estudos e Pesquisas Gênero e Sexualidade (NEPGS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) como objeto de estudo. A perspectiva adotada é a de que o núcleo faz parte de um conjunto de políticas de ações afirmativas institucionais, indo além daquelas que o Estado determina.

A pesquisa principal visa analisar a atuação do núcleo e investigar se as ações desenvolvidas apresentam papel social mais amplo, isto é, se, no espaço educacional, o NEPGS opera na promoção do pensamento decolonial como movimento epistemológico e político, que altera e/ou subverte as lógicas concretizadas que produziram, por meio das relações de poder, hierarquias em quatro principais dimensões: do saber, do ser, do próprio poder e do gênero (incluindo sexualidade).

No decorrer dessa pesquisa maior, ocorreram dificuldades em abordar e organizar os complexos e diversos conceitos de gênero e de sexualidade em um referencial teórico para, a partir de então, trabalhar com as teorias decoloniais. Foi necessário, portanto, buscar a origem e o desenvolvimento desses conceitos. Essa investigação, por sua vez, remeteu a outra, à necessidade de uma análise mais aprofundada do feminismo como movimento tanto no campo político quanto teórico-epistemológico, uma vez que dele emergiram as formulações sobre gênero e seus desdobramentos.

Ademais, duas inquietações surgiram e contribuem para justificar o tema deste artigo. A primeira refere-se a não conceituação de gênero em diversos estudos aos quais tivemos acesso durante a pesquisa maior, pressupondo e tornando gênero um conceito previamente definido, desconsiderando que se trata de objeto de disputas e discussões, que não permite estabilização fixa e tampouco considerado categoria neutra.

O conceito não é unívoco dentre as várias perspectivas teóricas; ao contrário, remete a um espaço de permanentes tensões e de distintos pensamentos que abarcam questões sociais, políticas, culturais e históricas (Costa; Lima, 2015), fazendo com que esteja em constante processo de redefinição e ressignificação devido a sua natureza, ou seja, os processos de interação entre indivíduos e grupos. Gênero, portanto, está em construção contínua nos diversos terrenos de luta e não é conceito estabilizado.

A segunda inquietação corresponde às relações que parecem perdidas nos estudos atuais sobre a importância histórica do feminismo, tanto na dimensão teórico-epistemológica quanto política, para as formulações sobre gênero. Não é possível trabalhar com esta categoria sem estabelecer conexões com as lutas, confrontos, negociações, tensões, conquistas e críticas à cultura que o feminis-

mo produziu e continua a produzir, promovendo um aporte teórico potencialmente desestabilizador no campo do conhecimento (Muniz, 2015).

Adotando o pensamento de Louro (1997, p. 14), ao se partir do entendimento de que as palavras têm e fazem história, as formulações dos conceitos de gênero relacionam-se à história do movimento feminista, sobretudo o contemporâneo, e “sendo parte integrante dele, está implicado linguística e politicamente em suas lutas”. Portanto, para melhor compreender o momento e o significado de sua incorporação, é preciso que se recupere o processo.

Nessa direção, o estudo segue uma abordagem reflexiva teórico-bibliográfica, amparado em autores/as que discutem o feminismo, o campo teórico-epistemológico e a construção dos conceitos de gênero, buscando recuperar o processo de que Louro fala. O percurso assumido consiste em guiar a análise e a descrição com base nessas discussões, contribuindo para responder à pergunta central que move a pesquisa neste momento: abordagens de estudos e investigações científicas que desconsideram o contexto relacional entre o feminismo e a formulação dos conceitos de gênero podem estar contribuindo para o esvaziamento do sentido teórico-epistemológico e político de ambos?

Tal indagação guia o objetivo deste artigo, que visa discutir o percurso dos estudos feministas na construção e consolidação de um novo campo teórico-epistemológico na produção do conhecimento e a importância na elaboração e desenvolvimento dos conceitos de gênero, bem como apontar que tal conceito não é categoria de análise definida.

Assim, traçamos o percurso do feminismo e da crítica feminista ao modelo tradicional de fazer ciência, que não apenas deslocaram os estudos, possibilitando a inclusão das mulheres como sujeito e objeto de investigação, mas também teceram uma epistemologia como prática posicionada, comprometida e, sobretudo, nas palavras de Muniz (2015), assumidamente interessada, pois, a produção do conhecimento deixou de ser anônima, passando a ter um indivíduo real e histórico com interesses específicos assumidos.

Dessa forma, é discutida a trajetória e as principais abordagens do feminismo para a construção de um novo saber que se opõe ao discurso neutro e universal da ciência clássica. Fundamentamos que os estudos feministas possibilitaram uma visão crítica da produção do conhecimento ao considerarem e denunciarem que a ciência tradicional era constituída e desenvolvida sob perspectivas dominantes, ou seja, ciência branca e masculina considerada como referência universal.

Além disso, argumentamos que o feminismo, simultaneamente a essa nova abordagem na produção do conhecimento, tem mantido uma postura crítica e reflexiva sobre seu próprio saber e sua prática científica. Isso resulta em uma contínua (des)constru-

ção de seu lugar político e do seu campo teórico-epistemológico; lugar e campo em que se situam a construção dos conceitos de gênero, seus respectivos estudos e desdobramentos.

Feminismos: algumas notas

Em diferentes fases, correntes e vertentes, o feminismo tem as mulheres como principal sujeito e objeto, pelo menos até a emergência de gênero como categoria de análise e da teoria *queer*, que expandem substancialmente a noção de mulher. O feminismo apresenta diversas perspectivas e posicionamentos, múltiplas estratégias e objetivos tanto no contexto das lutas políticas dirigidas às mulheres e à comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexuais+ (LGBTI+)¹ quanto ao desenvolvimento, disputas e tensões do campo teórico-epistemológico.

Quanto às ações, constrói-se em torno de lutas contra as diversas formas de violência, dominação, opressão, injustiça e desigualdade, por meio de estratégias de emancipação; de ações e atitudes revolucionárias e subversivas à ordem estabelecida como norma; de instrumentos políticos institucionais e/ou de leis jurídicas para promoção de reconhecimento e de equilíbrio; de ativismo dentro e fora da academia; de desobediência e transgressão dos dispositivos de controle e das estruturas opressivas; ou qualquer outra combinação de estratégias, incluindo as que ainda podem ser desenvolvidas.

[...] o feminismo é um movimento local e global, social e político, historicamente constituído com uma proposta emancipatória e um conteúdo normativo. Ele afirma um sujeito (mulheres), identifica um problema (a sujeição e objetificação das mulheres através de relações marcadas pelo gênero), e expressa vários objetivos (derrubar relações de dominação; acabar com a discriminação sexual; garantir a liberação sexual feminina; lutar pelos direitos e interesses das mulheres; transformar as estruturas institucionais e legais; engendrar a democracia.) em nome de princípios específicos (igualdade; direitos; liberdade; autonomia; dignidade; autorrealização; reconhecimento; respeito; justiça). Como movimento histórico, o feminismo é voltado para ação-coordenação e transformação social, interrogando as condições existentes e as relações de poder com uma visão para não apenas interpretar, mas também mudar o mundo (Dietz, 2003, p. 399, tradução nossa).

Os entrecruzamentos do feminismo com diversos outros movimentos resultam em diferentes feminismos, entre eles:

com a luta de classes – o liberal, o socialista, o marxista, o radical e o anarquista; com a luta racial – o negro e o interseccional; com a luta da natureza, dos povos nativos e originários – o ecofeminismo; com a luta do sul global, colocando o imperialismo e colonialismo como elementos da subalternização da mulher – o decolonial; com a luta das questões da transgeneridade – o transfeminismo. No campo teórico-epistemológico, conforme a distinção proposta por Harding (1986), existem três principais posições: o ponto de vista feminista, empirismo feminista e o pós-modernismo/pós-estruturalismo feminista. Neste último, inserem-se os estudos de gênero como categoria relacional e a teoria queer.

No que se refere à temporalidade, há gerações/fases do feminismo que “ocorreram em épocas distintas, historicamente construídas conforme as necessidades políticas, o contexto material e social e as possibilidades pré-discursivas de cada tempo” (Narvaz; Koller, 2006, p. 648). Momentos de alta mobilização, abrangendo confluências de pautas das diferentes vertentes do feminismo, localizando-se em períodos de grande expressão. Essas ondas são entendidas como contínuas e “geradas pela ação de milhares de mulheres, de diferentes locais, etnias, gerações e visões de mundo” (Zirbel, 2021, p. 10-11).

O feminismo, assim, tanto no campo do movimento social como no da produção do conhecimento, constitui-se em uma diversidade de pensamentos, de pressupostos teórico-epistemológicos, de posicionamentos políticos, de elaborações metodológicas e de múltiplas formas de estratégias, objetivos e organizações que expressam sua ampla pluralidade, uma vez que não há uma só forma de produção do conhecimento, bem como não há apenas um feminismo que seja totalizante. A pluralidade é traço inerente desse campo aberto e em constante construção, suscetível à revisão permanente, no qual as perspectivas teórico-epistemológicas diversas não se excluem, mas, nas palavras de Sattler (2019), são visões cooperativas que ampliam a compreensão dos fenômenos.

A construção de um campo teórico-epistemológico

A consolidação de um campo de estudos sobre a mulher acontece a partir da década de 1960, simultaneamente ao movimento feminista se unir a outros grupos, como os/as intelectuais, os/as estudantes, os/as negros/as, que lutavam por direitos políticos, civis e sociais. Eles expressavam “sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e

¹ Segue-se a orientação do Manual LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexuais e o símbolo + de inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero), publicado em 2018. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2022.

políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento” (Louro, 1997, p. 16). O momento histórico, ressalta a autora, marca os estudos sobre a mulher, e a solidificação desse campo ocorrerá tanto pelo movimento de contestação como pelo aparecimento de uma produção teórica construída pelas militantes feministas dentro das universidades. O grande objetivo das estudiosas desses primeiros tempos, convertendo-se em objeto de luta e de produção teórica, era tornar visível aquela que havia sido ocultada e silenciada como sujeito nos espaços sociais e políticos – inclusive como sujeito da ciência (Louro, 1997).

As feministas passam a criticar as “pretensões dos grandes esquemas teóricos, as teorias gerais, argumentando que as supostas afirmativas universais sempre se mostraram parciais ou triviais” (Sardenberg, 2004, p. 24), apontando que o conhecimento científico foi produzido a partir de uma perspectiva masculina branca ocidental de visão androcêntrica. Portanto, considerado parcial, incompleto e questionável.

O caráter particularista, ideológico, racista e sexista da ciência foi denunciado e exposto pela crítica feminista. As estreitas relações entre poder e saber foram expostas na operacionalidade do saber ocidental que, fundamentado nos pressupostos de neutralidade, objetividade e universalidade, defende um campo e uma forma de produção do conhecimento que é, porém, particularista e excludente (Muniz, 2015, p. 319-320).

Nesse contexto, uma questão fundamental foi imposta: ao denunciarem o modo tradicional de fazer ciência, que privilegiava a visão masculina e interessada, as mulheres, ao escreverem sobre mulheres, não criariam uma ciência parcial, incompleta e interessada, tornando-se aquilo que denunciavam?

Louro (1997, p. 143) esclarece esse ponto ao evidenciar que as feministas tiveram que aceitar previamente “que nenhuma pesquisa, ou melhor, nenhuma ciência é desinteressada ou neutra”. Passaram a compreender a ciência, a produção do conhecimento e a pesquisa não mais dotadas de um padrão de paradigmas teóricos e procedimentos metodológicos rígidos e inabaláveis, caracterizado pela atitude neutra, desinteressada, objetiva e isenta. Portanto, a ciência e, conseqüentemente, a pesquisa feminista tornam-se assumidamente uma prática “interessada e comprometida, que fala a partir de um dado lugar”.

Assim, como destacado por Muniz (2015), os questionamentos, as problematizações, críticas e reflexões desenvolvidas dentro dos movimentos feministas não só desafiaram como alteraram a forma dominante de fazer ciência até então e passaram a responder pela produção de um conjunto de aporte

teórico e epistemológico próprio, reconhecido como Estudos Feministas:

[...] que desde sua emergência, em suas múltiplas vias, lugares de produção, direções e projeções, apresentam-se, como ressalta Descarriès (2000, p. 11), como críticas epistemológicas dos vieses sexistas do saber e de sua pretensa neutralidade; como refutações dos métodos teóricos dominantes, propostos para pensar e dizer as mulheres e suas vidas; como interrogação sobre a condição das mulheres e sua posição na história; como reflexões políticas engajadas em prol de um ideal democrático e de transformação das instituições sociais que legitimaram e atualizaram, no decorrer do tempo, a construção social e cultural dos sexos (Muniz, 2015, p. 320).

Mais do que reivindicar a presença das mulheres, histórias e vozes silenciadas, os estudos apontaram as limitações nos paradigmas teórico-metodológicos até então estabelecidos, desestabilizando-os radicalmente. Isso ocorreu principalmente ao indicarem a não pretensão de criar um conjunto de conceitos, teorias e metodologias estáveis e aceitas por todos, mas propuseram operar com categorias analíticas instáveis e mutáveis:

Assumir a investigação feminista nesta perspectiva supõe, na verdade, muito mais do que um novo “recorte” nos estudos ou a iluminação de áreas ou aspectos até então escondidos ou secundarizados. Supõe revolucionar o modo consagrado de fazer ciência; aceitar o desconforto de ter certezas provisórias; inscrever no próprio processo de investigação auto-crítica constante [...]. Portanto, não se trata aqui de uma espécie ou de um conjunto de procedimentos e estratégias que se possa “adquirir”, seguindo passos ou indicações; nem mesmo se trata de adotar uma determinada orientação metodológica garantidora da perspectiva feminista. Está envolvida aqui - além da aproximação aos estudos e debates teórico-metodológicos - a busca de uma nova disposição epistemológica e política, um novo modo de ser pesquisadora/pesquisador (Louro, 1997, p. 146).

Nesse novo modo, os estudos abandonam a pretensão da objetividade, neutralidade e totalidade, tornando-se mais autênticos. De acordo com Oliveira e Amância (2006), a objetividade na produção científica dos estudos feministas se alicerça

justo na parcialidade, no subjetivismo e no contextualizado, em vez do universalismo da ciência positivista patriarcal.

As subjectividades são múltiplas, localizadas e construídas, de modo que o próprio sujeito que conhece é parcial, ligando-se aos outros, por via da inter-subjectividade[...], a própria objectividade reside na contextualização do conhecimento. Essa perspectiva demonstra a irracionalidade inerente à ciência positiva omnisciente e às crenças no dogma de uma objectividade que reside no método, que se comporta como religião, que utiliza truques divinos como a fetichização do método, para eliminar a localização e posição do conhecimento (Oliveira; Amância, 2006, p. 601).

Assim, o feminismo provoca o primeiro deslocamento no campo científico, pois os estudos partem da assumida escolha de responsabilidade na produção dos saberes e do fazer ciência. Uma de suas contribuições mais provocativas e fecundas reside no reconhecimento de que “os comportamentos, as crenças, as representações das/dos pesquisadoras/res feministas interferem nos resultados de suas pesquisas — da mesma forma que interferem as de qualquer pesquisador ou pesquisadora” (Louro, 1997, p. 154).

Nesse sentido, as teorias feministas demonstram potencial revolucionário ao abalarem o modo de fazer ciência que rompem com modelos hierárquicos e com vários pressupostos das pesquisas científicas desenvolvidas. As teorias propõem e formulam novos parâmetros na construção e produção do saber, a partir da superação do processo puramente racional. Assim, “as mulheres incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento, questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão” (Rago, 1998, p. 11). Dessa forma, o pensamento feminista, em meio aos desafios teórico-epistemológicos, inova ao integrar essas dimensões como formas de conhecimento.

Os desafios teórico-epistemológicos

Nesse constante movimento de questionamento da prática científica e da construção de um aporte teórico-epistemológico próprio, os estudos feministas tiveram desafios, entre eles, o da concepção de uma pesquisa que, por um tempo, isolou uma identidade essencialista de mulher. Esse enfoque se tornou incoerente com a proposta que, justamente, contrapunha-se ao modo dominante e tradicional de produção do conhecimento científico, desenvolvido e praticado pelo masculino, centrado no conceito universal de homem. Mulheres passaram a problematizar essa identidade naturalizada, principalmente negras e

lésbicas, denunciando que os estudos estavam sob o domínio da perspectiva da mulher branca, heterossexual, acadêmica, ocidental e de classe média, e que essa visão estava perpassando as teorias formuladas.

Uma vez entendido o caráter arrasadoramente mítico do “homem” universal e essencial que foi sujeito e objeto paradigmático das teorias não-feministas, começamos a duvidar da utilidade de uma análise que toma como sujeito ou objeto uma mulher universal — como agente ou como matéria do pensamento. Tudo aquilo que tínhamos considerado útil, a partir da experiência social de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais, acaba por nos parecer particularmente suspeito assim que começamos a analisar a experiência de qualquer outro tipo de mulher (Harding, 1993, p. 8).

Simultaneamente a essa autocrítica e reflexão sobre a construção do pensamento e das teorias, novos estudos já haviam se constituído. Nesse momento, os estudos feministas incluíam Estudos Negros e Estudos Lésbicos e Gays, Estudos Culturais, Estudos da Linguagem, que abraçavam a noção de multiplicidades, desafiando a validade da categoria mulher e propondo pensar a diferença como um tema e problema de análise.

Disso resultaram diversas contradições e conflitos, evidenciando a inviabilidade de se pensar uma identidade comum e unívoca de mulher. O debate foi provocado pela percepção de que as reivindicações formuladas por um determinado grupo não necessariamente correspondiam a de outros, revelando que as sociedades abrigam diversas formas de poder que se traduzem em opressões. Ser uma mulher não era suficiente para torná-la igual às demais, como não significava que a opressão se manifestava idêntica e da mesma forma para todas. Mulheres diversas, como latinas, negras, brancas, indígenas, lésbicas, pobres, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença –, ou seja, a categoria “mulher”, que constituía uma identidade distinta da de “homem”, não era suficiente para explicá-las e nem para uni-las em torno de uma mesma luta (Pedro, 2005).

Nesse contexto, o feminismo negro adquiri relevância e força crítica a um feminismo que não representava a todas. Nessa direção, Bell Hooks (2015, p. 196) vai apontar que:

As mulheres brancas que dominam o discurso feminista - as quais, na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista - têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista.

A convergência do movimento de mulheres negras com o feminismo envolveu conflitos e questionamentos, muitas vezes percebidos como questões associadas exclusivamente a mulheres brancas, o que demandou um processo de estranhamento e reflexão. Para Carneiro (2003), é por meio de um novo olhar feminista e antirracista que o movimento de mulheres negras pode tornar visíveis as reivindicações das pautas raciais e, simultaneamente, as lutas feministas, fazendo com que ambos os aspectos reconheçam as especificidades das mulheres negras; o que a autora chama de “enegrecimento do feminismo”.

Assim, desnaturalizada a essência, o que existe são “mulheres” no plural, reais e concretas que ocupam múltiplas posições (Costa, 2002), constituídas na relação com diversas variáveis, como gênero, raça, classe, sexualidade e geração. Nesse sentido, a comunidade científica percebe os limites de suas próprias análises e produção de conhecimento, passando a ressignificar a categoria “mulher” a partir de uma nova postura frente às exigências histórico-sociais. Portanto, em várias reivindicações e estudos, passa a ser adotado o termo “mulheres”, respeitando “o pressuposto das diversas diferenças que se observavam dentro da diferença” (Pedro, 2005), implicando posturas políticas e teórico-epistemológicas distintas no seio dos movimentos feministas e dos estudos das acadêmicas.

A problemática da epistemologia feminista

Harding (1993, p. 19) questionou o risco de se pensar uma epistemologia própria para o feminismo, levantando a preocupação com a possibilidade de reprodução do tipo de relação poder-saber que as feministas tanto criticavam. Ela adverte: “Como é que o feminismo pode redefinir totalmente a relação entre saber e poder, se ele está criando uma nova epistemologia, mais um conjunto de regras para controlar o pensamento?”. Rago (1998) diz que é possível contra-argumentar, lembrando que:

[...] não há como fugir ao fato de que todas as minorias relativamente organizadas, e não apenas as mulheres, estão reivindicando uma fatia do bolo da ciência e que nenhum dos grupos excluídos, - negros, africanos, orientais, homossexuais, mulheres, com suas propostas de epistemologias alternativas - feminista, terceiro mundista, homossexual, operária - pode hoje reivindicar um lugar de hegemonia absoluta na interpretação do mundo. Além disso, há que se reconhecer as dimensões positivas da quebra das concepções absolutizadoras, totalizadoras, que até recentemente poucos percebiam como autoritárias, impositivas e hierarquizantes. Não há dú-

vidas de que o modo feminista de pensar rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários dos pressupostos da pesquisa científica (Rago, 1998, p. 10).

O pensamento e a prática feminista constituem um espaço de conflitos e tensões, provocados pelos embates entre os posicionamentos plurais que apresentam. Embora compartilhem visões cooperadas, existem sempre correntes e/ou vertentes tanto nos movimentos como nos estudos feministas que operam desestabilizações e rupturas no campo teórico. Sardenberg (2001, p. 11) aponta que a diversidade de olhares e de posturas enriquece, sem dúvida, os discursos críticos sobre a sociedade e a ciência. Contudo, tais divergências entre feministas impossibilita falar de uma única epistemologia, o que leva a considerar a existência de epistemologias feministas.

Conforme a autora, ao citar Anderson (2001), talvez a única assertiva que tenha consenso seja “a noção de ‘conhecimento situado’, ou seja, que o conhecimento reflete a perspectiva ou ‘posicionalidade’ dos sujeitos cognoscentes, sendo gênero um dos fatores determinantes na sua constituição” (Sardenberg, 2001, p. 11).

Assim, ao falar em epistemologias feministas, significa que “usarão uma metodologia diferente ou se basearão num conjunto diferente de práticas para observar e compreender o mundo à sua volta; serão conscientes da intencionalidade de seus estudos e dos usos que deles se farão” (Conceição; Aras, 2014, p. 13). Isso implica admitir o incômodo de certezas provisórias e a ausência de uma orientação metodológica garantidora e segura da perspectiva feminista. As epistemologias feministas se movem em um campo de teorias e metodologias instáveis e não necessariamente aceitas por todos (Louro, 1997).

A própria Harding (1986) reconhece essas epistemologias como universo de contestação, negação e dúvida em relação ao que constitui o conhecimento, quem o produz e o define, e como o sujeito do saber se apropria dele. Portanto, com base nas próprias palavras da autora ao apontar que essa nova epistemologia é assumidamente de domínio instável, podemos afirmar que a epistemologia feminista não se resumirá a mais um conjunto de regras para controlar o pensamento.

Dessa forma, considerando que as feministas desafiaram o modelo tradicional de fazer ciência e responderam pela produção de uma epistemologia própria, inicialmente denominada de Estudos de Mulheres e posteriormente Estudos de Gênero ou Estudos Feministas, é possível afirmar que o feminismo possui base epistemológica. Essa base está enraizada na crítica constante ao modelo tradicional de ciência, assumindo que a produção do conhecimento é intrinsecamente situada,

subjetiva e imparcial. Mas, sobretudo, distinguindo-se por acrescentar um elemento diferenciador e fundamental: a consideração do viés de gênero “tanto ao método científico como à tradição epistemológica ocidental da qual ele faz parte” (Conceição; Aras, 2014, p. 13). Em outras palavras, o feminismo considerou e denunciou a influência do gênero na ciência, apontando que ela também é permeada pelo viés androcêntrico que associou objetividade, neutralidade e parcialidade à masculinidade.

Entrando num mundo masculino, possuído por outros, a mulher percebe que não detém a linguagem e luta por criar uma, ou ampliar a existente: aqui se encontra a principal fonte do aporte feminista à produção do conhecimento, à construção de novos significados na interpretação do mundo. Portanto, o feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática. Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, subjetivo e afirmando sua particularidade (Rago, 1998, p. 11).

O saber e a prática científica dos estudos feministas possuem um aporte específico, particularizado e libertário. É desse lugar, então, que se pode falar de uma grande epistemologia feminista, que se ramifica e se desdobra em diversas vertentes, conferindo um caráter plural tanto à sua base epistemológica quanto ao feminismo em si.

Gênero: formulações conceituais

A partir da revisão sobre o feminismo e a construção de um campo teórico-epistemológico próprio, com desafios e problemáticas, passamos para as formulações conceituais de gênero, recuperando o que Scavone (2008, p. 175) aponta sobre a consolidação do campo de estudos sobre mulheres (como eram denominados, no período de 1960, os estudos de gênero), ou seja, que emergem “paralelamente à eclosão da fase contemporânea do feminismo”. Desse momento em diante que se ampliam os estudos acadêmicos sobre as mulheres e, posteriormente, identificados como estudos de gênero, evidenciando a intrínseca relação entre movimento social, estudos feministas e estudos de gênero.

No âmbito das teorias feministas, predominavam, nos anos 1970, os “estudos de mulheres”. Isso ocorreu porque, até cerca da década de 1980, o conceito de Gênero não estava devidamente articulado entre pensamento, teoria e metodologia. Somente no final desse período que os estudos surgem como categoria de análise, consolidando-se ao longo da década seguinte. Disso resultam os desdobramentos entre os cam-

pos “estudos das mulheres”, “estudos feministas” e “estudos de gênero”, nos quais existem distinções. Para os dois primeiros, a centralidade está essencialmente voltada ao estudo sobre e pelas mulheres, enquanto, para o último, o pressuposto principal é o entendimento do gênero como categoria analítica sempre relacional.

O processo de constituição desses campos é marcado por diferentes momentos, nos quais propostas políticas distintas surgiram, bem como diversas maneiras de pensar gênero. Isso ocorre porque o conceito de gênero, como categoria analítica das teorias feministas, é caracterizado por significado polissêmico, oriundo das vertentes teórico-epistemológicas às quais se filia, apresentando possibilidades de concepções, nas quais ora aparece como característica individual; como relação interpessoal; como um modelo de organização social; como uma estrutura da consciência; como uma psique triangulada; ideologia internalizada; relações de poder manifestadas na dominação e subordinação; ainda como diferença sexual, ou em termos de *status*, de papéis sexuais e de estereótipos sexuais (Narvaz, 2009).

Nesse contexto, Estudos sobre Mulher, Estudos de Gênero ou Relações de Gênero, Estudos Feministas ou Teorias Feministas e, mais recentemente, Estudos *Queer*, constituem uma significativa diversidade teórico-epistemológica que foi “engendrada pela própria história de sua constituição, dando margem a estas diferentes denominações” (Narvaz, 2009, p. 21).

Os estudos sobre a mulher dominaram dos anos 60 aos 80, associado à luta feminista. O pressuposto predominante foi o estruturalista, que considera o gênero como o reconhecimento de uma identidade. O sistema sexo (biologia)/gênero (cultural) foi desenvolvido, seguindo uma lógica binária de macho/fêmea – masculino/feminino com visão essencialista na qual a mulher era pensada como uma categoria homogênea. A partir dos anos 80 e 90, é descentralizado o gênero do processo identitário e passou a ser visto como categoria de análise à compreensão da história das mulheres, das relações entre homens e mulheres, e entre as próprias mulheres.

Os estudos passaram a ser de gênero ou relações de gênero, não mais reduzindo a análise apenas às mulheres, mas evidenciando como as diferenças percebidas entre os sexos foram convertidas em assimetrias e desigualdades hierárquicas entre homens e mulheres, justificando assim a opressão e exclusão das mulheres dos espaços de poder (Scott, 1990). O objetivo não é apenas denunciar a situação da mulher e os motivos por trás da opressão e exclusão, como nos estudos anteriores, mas compreender e explicar, a partir da perspectiva de uma epistemologia feminista, o sexismo, a heteronormati-

vidade e o androcentrismo da produção do conhecimento, em que o masculino é tomado como a referência universal.

Assim, a origem e a elaboração do conceito e/ou categoria de gênero não podem ser pensadas dissociadas da trajetória do movimento feminista, principalmente durante o século XX, que está marcado pela formulação da mulher como sujeito de análise, tornando-a, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de investigação nas ciências sociais. Segundo Louro (1997), a construção do conceito de gênero está intimamente ligada às lutas desenvolvidas pelas feministas por meio da contestação da ordem social até então vigente e possui uma trajetória de formulação e transformações.

As primeiras pautas dos movimentos organizados feministas, pertencentes à primeira fase ou onda, apresentavam reivindicações por melhores condições de trabalho e pela conquista de direitos políticos – o voto. O discurso dessas primeiras feministas era marcado pela enunciação da igualdade entre os sexos como princípio universal, procurando assegurar os direitos naturais das mulheres. A luta era apoiada sobre a diferenciação biológica, que atribuía ao homem a posição superior na hierarquia social. Assim, o gênero (ainda não nomeado) era relacionado ao binarismo dos sexos, dividindo-se em pares de macho/homem/masculino e fêmea/mulher/feminino, a partir de um pensamento essencialista e de viés biológico. Na transição do século XIX para o XX, essa visão, refletida na compreensão do sexo, definia os papéis atribuídos ao masculino e feminino, nos quais a mulher representava o sexo do espaço privado, enquanto o homem era do espaço público.

Em 1949, Simone de Beauvoir publica o livro *O segundo sexo* e abre caminho para um debate político mais intenso sobre as mulheres, lançando as matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo, a segunda fase, na qual se dará começo a forte discussão sobre determinismo biológico, criando o clássico sistema sexo/gênero. Beauvoir confronta o determinismo biológico que até então havia condicionado a mulher à completa submissão e opressão em relação ao homem, postulando que o “ser mulher” resulta de uma construção social, negando a existência de uma natureza feminina frágil.

Portanto, a inferioridade vivenciada pelo sexo feminino ao longo da história é resultado da construção social dos papéis a ela atribuídos, por meio de mecanismos estruturais e instrumentos que criaram, ao longo da história, a naturalização de uma suposta diferença hierárquica entre mulheres e homens. Em seus postulados, Beauvoir defendeu a desnaturalização da identidade feminina, diferenciando o elemento so-

cial atribuído ao sexo feminino de seu componente biológico determinante.

A obra tornou-se marco na passagem do feminismo igualitarista, que se baseava nas diferenças naturais entre os sexos (primeira onda), para a fase do feminismo centrado na mulher como sujeito e na sua opressão como construção social, fornecendo elementos importantes para a politização e discussão das questões relacionadas à esfera privada. Apesar de todas as limitações impostas pelo tempo de sua produção, Beauvoir provocou uma mudança fundamental, isto é, deslocou o discurso de legitimação do determinismo biológico que incidiu na naturalização da condição feminina, direcionando-o para a construção cultural do gênero, fornecendo, assim, as bases para construção e desenvolvimento do conceito por correntes feministas posteriores.

Nas décadas seguintes, 1970 e 1980, o debate político-científico em torno das categorias de sexo e gênero estendeu-se na comunidade acadêmica, sobretudo a partir do ensaio da antropóloga Gayle Rubin, *The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex*, pondo a categoria gênero no debate das causas da subordinação e opressão social da mulher. Buscando compreender as origens dessa subordinação, Gayle elabora o conceito de sistema de sexo/gênero, definindo-o como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos de atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (Rubin, 1993, p. 2).

A partir dessa definição, o sistema sexo/gênero, por meio da construção cultural, transforma a diferença sexual em uma relação hierárquica de opressão, que ela chama de “domesticação da mulher”, ou seja, as funções biológicas e reprodutivas são transpostas para a esfera cultural, desempenhando o papel de organização das relações sociais, nas quais concebem o feminino pertencente à esfera privada e o masculino à pública.

Na formulação da antropóloga, a biologia ainda era a base para a construção do significado cultural e, conseqüentemente, para a elaboração do conceito de gênero. No sistema sexo/gênero, operou com uma lógica que tinha como fundamento a perspectiva marxista, em que o corpo, constituído por seu aspecto biológico, representava a base material (superestrutura) para a compreensão das relações de gênero.

Os discursos de Beauvoir (1949) e Rubin (1975) buscaram superar a centralidade do sujeito racional masculino da modernidade. O acento construcionista desses discursos em oposição à naturalização essencialista dos gêneros desvela-se na medida em que concebem as características psicológicas e culturais como construções simbólicas, imaginárias e, por-

tanto, ideológicas. Arbitrariamente produzida pela cultura, gênero é uma invenção. Mesmo tendo sublinhado a dimensão cultural do gênero em oposição ao determinismo biológico, as teorias do sistema sexo/gênero não rompem com a lógica binária (masculino-feminino) eurocêntrica e, de certa forma, essencialista, do pensamento ocidental (Narvaz, 2009, p. 25).

Dos anos 80 em diante, novos paradigmas são rompidos. Problemáticas foram levantadas em torno da distinção ou separação entre sexo e gênero presente nas formulações dos estudos anteriores. As feministas dessa geração passaram a desconstruir esse sistema a partir de discussões que problematizavam as categorias até então estáveis do gênero presentes nos estudos das fases anteriores, formuladas com base em teorias essencialistas e universais que concebiam o gênero em relação ao sexo como categoria biológica, natural e binária.

Ao rebatarem e rejeitarem esses pressupostos, desconstruem a perspectiva naturalizada de gênero antecedente, passando a entendê-lo como categoria relacional que se dá a partir do campo discursivo e histórico de relações de poder (Scott, 1990), bem como ato performático, um efeito produzido ou gerado por meio do qual os sujeitos se constituem (Butler, 2003). Gênero passa a ser considerado uma construção social discursiva e sempre relacional (Scott, 1990), uma invenção (Butler, 2003).

Dessa forma, gênero torna-se uma ferramenta poderosa para entender e analisar as relações de poder em um contexto no qual a história, as instituições sociais e a produção de saberes e normas estão sob o domínio do masculino. Ele “oferece um modo de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana” (Scott, 1990, p. 85).

No conceito de Scott, gênero é visto como categoria analítica nos estudos para interpretar a sociedade e como instrumento de intervenção social a partir da compreensão das desigualdades hierárquicas geradas por meio das relações de poder. O “conceito serve tanto como uma ferramenta analítica, como uma ferramenta política” (Louro, 1997). Os estudos de Scott, principalmente após a publicação do artigo intitulado *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*, ampliam consideravelmente o debate sobre a categoria nessa outra fase do feminismo, ao incluir os homens nos estudos, marcando a necessidade de tratá-los em uma categoria relacional com as mulheres. Todavia, o trabalho de Scott sofreu críticas por parte de estudiosas/os que pesquisavam determinados grupos.

[...] aqueles que não se adequavam as normas sócio-sexuais (gays, lésbicas, travestis etc.) ou que rompiam drasticamente

com a suposição de uma real diferença sexual biológica (transsexuais e transgêneros, entre outros), isto é, indivíduos que relatavam uma não adequação entre sexo biológico e orientação sexual conforme preconizavam as teorias clássicas – e que questionavam a existência da própria diferença sexual. Judith Butler (2003; 2009) é uma das mais destacadas destas críticas. Ademais, Scott foi criticada por situar o gênero como sendo a característica principal e fundamental da constituição inter e intrasubjetiva (principalmente quando ela define o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos, sendo a forma primária de significação das relações de poder), desconsiderando outros elementos essenciais para a constituição subjetiva, como raça/etnia, classe social, idade e orientação sexual dentre outros (Tilio, 2014, p. 135).

Estudo que produziu impacto significativo foi o de Thomas Laqueur, historiador da medicina, ao publicar o livro *Making sex – body and gender from the greeks to Freud*, em 1992. Laqueur, ao afirmar que era o gênero que constituía o sexo, inverteu a ideia de muitas estudiosas, diferenciando-se daquelas que separavam o sexo do gênero e das que colocaram o gênero como as “diferenças percebidas entre os sexos”, como Scott, que deu antecedência ao sexo como elemento pré-discursivo. O historiador apontou que, até século XVIII, apenas um sexo tinha registro, o masculino; a mulher era considerada uma forma de “macho incompleto”. Portanto, a diferença entre os sexos era uma invenção desse período que passou a ser reforçada, resultando no registro de dois sexos considerados muito diferentes.

Em suas palavras, “[...] quase tudo que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero”. Completando o pensamento, ao apontar que o sexo, “tanto no mundo do sexo único como no de dois sexos, é situacional: é explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder” (Laqueur, 2001, p. 23). Assim, a categoria sexo, a partir da qual a de gênero foi erguida, é desconstruída por Laqueur, pois sexo não tem antecedência ao gênero e não é a base sobre a qual ele emerge, ou seja, foram as relações de gênero que instituíram o sexo.

Esse trabalho contribui com estudos que problematizavam a forma como gênero estava sendo pensado em relação ao sexo, apontando que, mesmo afirmando serem categorias distintas de análise e considerando a dimensão cultural do gênero, ainda era sobre o sexo biológico que ele estava sendo construído e constituído. Dessa forma, “sexo ainda mantinha um papel importante: o de provedor do lugar onde o ‘gênero’

seria supostamente construído” (Nicholson, 2000, p. 11), e tais categorias não estavam condizentes com “aqueles que não se adequavam as normas sócio-sexuais ou que rompiam drasticamente com a suposição de uma real diferença sexual biológica” (Tilio, 2014, p. 135).

Nessa direção, a filósofa Judith Butler problematiza a oposição entre natureza/cultura a partir do questionamento da categoria gênero construída sobre o alicerce do sexo biológico. Para ela “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma” (Butler, 2003, p. 25). A filósofa questiona a própria categoria gênero como construção e interpretação cultural do sexo, propondo pensar o sexo também como resultado de uma elaboração discursiva, portanto, não sendo anterior à cultura. Desse entendimento, para fugir de qualquer binarismo, coloca o desejo junto ao gênero e sexo.

A tríade formada por Butler, sexo/gênero/desejo, inclui o último como elemento desestabilizador na configuração dos sujeitos, desconstruindo também a ideia de desejo natural heterossexual², passando a compreendê-lo como historicamente construído por meio dos discursos que organizam e normatizam a sexualidade. Assim, para a filósofa, os atos performáticos de nomeação “sou mulher, sou homem” e comportamentais de cada um contribuem “provisoriamente” para a identificação com o sexo, dando a ideia de estabilidade entre o corpo, desejo, gênero, sexualidade, orientação sexual e práticas sexuadas.

As teorias *queer*, na mesma direção que Butler, rompem com os binarismos e se empenham na desconstrução das relações estáveis entre o sexo biológico, identificação de gênero e sexualidade, desejos e prática sexual, voltando-se para as formas estabelecidas como “não-normais” de vivências afetivas e sexuais. Para uma compreensão geral dos estudos *queer*, observa-se a definição oferecida por Jagose (1996):

Em sentido genérico, *queer* descreve as atitudes ou modelos analíticos que ilustram as incoerências das relações alegadamente estáveis entre sexo biológico, gênero e desejo sexual. Resistindo a este modelo de estabilidade—que reivindica a sua origem na heterossexualidade, quando é na realidade o resultado desta—o *queer* centra-se nas descoincidências entre sexo, gênero e desejo. [...] Quer seja uma performance travesti ou uma desconstrução teórica, o *queer* localiza e explora as incoerências destas três concepções que estabilizam a heterossexualidade. Demonstrando a impossibilidade de qualquer

sexualidade “natural”, coloca em questão até mesmo categorias aparentemente não problemáticas como as de “homem” e “mulher” (Jagose, 1996, p. 3).

Miskolci (2009; 2013) aponta que as teorias *queer* visam problematizar a heteronormatividade compulsória nas relações de gênero, que se funda sobre o modelo heterossexual, familiar e reprodutivo, impondo-se por meio de diversas formas de violências, tanto simbólicas como físicas, àqueles que rompem as normas de gênero. Ainda, buscam criar mecanismos para combater todas as formas de discriminação por ela provocadas. Orientam-se ao exercício de revisar, ampliar e reformular a epistemologia dos estudos de gênero, visando a um melhor entendimento dos fenômenos presentes nas relações organizadoras que, de acordo com Tilio (2014, p. 140), ocorrem tanto entre como intra os gêneros, “isso é, gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros, homens, mulheres, heterossexuais ou homossexuais são regrados pelo mesmo padrão heteronormativo que coloca os homens em superioridade em relação às mulheres e à feminilidade”.

Assim, a categoria analítica e os estudos referentes ao gênero, que muitas vezes estavam centrados em uma visão restrita, considerando-o como uma categoria mais fixa e limitada às mulheres cisgêneros, passam, a partir de novas perspectivas, a adotar uma abordagem mais ampla que reconhece a diversidade e fluidez das identidades de gênero, tendo uma compreensão mais aprofundada de como as pessoas a vivem e a expressam. Nesse sentido, o campo dos estudos de gênero agora abraça a multiplicidade de performatividades, reconhecendo mulheres cisgêneros, mulheres trans, pessoas não-binárias e uma ampla gama de outras identidades de gênero. Essa ampliação do escopo não se limita apenas à inclusão de diferentes identidades, mas também reflete uma mudança nas perspectivas teóricas, passando a contemplar categorias e teorizações que são pertinentes às experiências únicas e constitutivas dos campos de estudos que lhes são próprios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, sem dúvida, é insuficiente para abordar as diversas particularidades sobre o tema e não teve a intenção nem a pretensão senão a de afirmar a importante relação presente entre a trajetória dos feminismos e a formulação dos conceitos de gênero, compreendendo que, fora desse contexto, ambos se esvaziam de sentido teórico-epistemológico, social e político. Ainda, conforme buscamos apontar, o conceito de gênero faz

² Compreendemos o debate a partir Butler sobre matriz heterossexual, que mantém o sexo heterogêneo, isto é, separado em duas formas que se diferenciam substancialmente e alicerçado na separação entre homens e mulheres. Butler (2003, p. 215-216) chamou de “matriz heterossexual” a malha específica de poder

parte de um campo discursivo em disputa, repleto de conflitos e tensões que resultam de diferentes perspectivas. Portanto, não é possível pressupor ou torná-lo um conceito neutro, estabilizado e previamente definido, pois, conforme aponta Scott (2012), quando pensamos que sabemos tudo sobre ele, ele mostra que nada sabemos.

Muito fica a desejar, e um maior desenvolvimento sobre essas questões seria tão importante quanto as tentativas de defesas aqui empenhadas sobre as formulações de gênero e sua relação com os movimentos sociais, políticos e os estudos feministas em um campo epistemológico tão plural, com desdobramentos que ampliam e reformulam a epistemologia dos estudos de gênero.

Seria possível ainda discutir outros aspectos a respeito do tema, tendo por entendimento os deslocamentos teóricos dos discursos de gênero ao considerar que os sujeitos políticos do feminismo se modificam conforme os contextos de lutas e resistências, de embates políticos, históricos e conceituais que acabam direcionando a um novo olhar, como, por exemplo, aquele voltado às mulheres não ocidentais, as silenciadas ou que falam de locais historicamente subalternizados. Nesse sentido, os estudos decoloniais apresentam outra perspectiva no campo dos estudos de gênero, buscando decolonizar saberes e ações por meio de questionamentos em relação aos feminismos eurocêntricos, com vistas ao desenvolvimento de novas epistemologias a partir da experiência dos territórios do Sul Global.

Portanto, embora tenhamos empreendido um esforço neste artigo sobre o tema feminismos, a construção de um campo teórico-epistemológico próprio e as formulações da categoria gênero, com desafios, problemáticas e relações que se tecem entre si, estamos cientes das limitações, lacunas e omissões que seguramente ocorreram.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendedores Sociais & Takano Cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CONCEIÇÃO, A. C. L. da; ARAS, L. M. B. de. Por uma ciência e epistemologia(s) feminista: avanços, dilemas e desafio. **Cadernos**

de Gênero e Tecnologia, Paraná, vol. 8, n. 29 e 30, jan./jun., 2014, p. 10-19.

COSTA, C. L. O sujeito no feminismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 19, 2002, p. 59-90.

COSTA, T. C. da; LIMA, R. L. de. Gênero e Tendências Contemporâneas: uma análise do Seminário Internacional “Desfazendo Gênero”. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, 2015, p. 416-429.

DIETZ, M. Current controversies in feminist theory. **Annual Review of Political Science**, Minnesota, v. 6, jun., 2003, p. 399-43. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.6.121901.085635>. Acesso em: abr. 2021.

HARDING, S. **The Science Question in Feminism**. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1986.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.1, n. 1, jan./jun., 1993, p. 7-31.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, (16), 2015, 193-210.

JAGOSE, A. **Queer Theory**: An Introduction. New York: New York UP, 1996.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalistas. Petrópolis: Vozes, 1997.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, vol. 21, n. 11, jan./jun., 2009, p. 150-182.

MISKOLCI, R. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. **Cadernos da Diversidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MUNIZ, D. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. **Revista OPSIS**, Goiás, v. 15, n. 2, jul./dez., 2015, p. 316-329.

que designa “a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados”. Para a sua manutenção, a matriz regulatória opera com a produção de identidades (sexuais e de gênero) que precisam ser reafirmadas cotidianamente.

NARVAZ, M.; KOLLER, S. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, set./dez, 2006, p. 647-654.

NARVAZ, M. G. A (IN)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem(se) políticas. Tese (Doutorado em Psicologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18884/000729395.pdf>. Acesso: dez. 2021.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000, p. 9-41.

OLIVEIRA, J. M. de; AMNCIO, L. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, set./dez., 2006, p. 597 a 615.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, p. 77-98.

RAGO, M. Epistemologia Feminista, Gênero e história. In: PEDRO, Joana M., GROSSI, Mirian P. (orgs). **Masculino, Feminino, plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, pp. 24-42.

RUBIN, G. **Tráfico de Mulheres**: notas sobre a economia política do sexo. Recife: Edição SOS Corpo, 1993.

SARDENBERG, C. M. B. Estudos feministas: esboço crítico. In: AMARAL, C. C. G. (org.). **Teoria e práxis dos enfoques de gênero**. Salvador: REDOR, 2004.

SARDENBERG, C. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In. **X Encontro da REDOR**. Salvador: NEIM/UFBA, 2001, p. 1-35. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6875>. Acesso: dez. 2020.

SATTLER, J. **Epistemologia Feminista**. s/d. Disponível em <<https://ppgd.ufsc.br/files/2019/05/Epistemologia-Feminista-texto-para-leitura-pr%C3%A9via.pdf>> . Acesso: jun. 2019.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, jan./abr., 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educa-**

ção e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez., 1990, p. 5-22.

SCOTT, J. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 45, jul./dez., 2012, p. 327-35.

TILIO, R. de. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Revista GÊNERO**, Niterói, v.14, n.2, jan./jun., 2014, p.125-148.

ZIRBEL, I. Onda do feminismo. In. **Blogs de Ciências da Universidade Estadual de Campinas**: Mulheres na Filosofia, Campinas, v. 7, n. 2, p. 10-21, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso: jul. 2021.